

O racismo institucional das polícias

Abordagens que privilegiam estereótipos e mortalidade por intervenção policial que vitimiza mais pessoas negras evidenciam práticas racistas no interior das corporações

Dennis Pacheco e Rafael Alcadipani *

17 de novembro de 2020

No Brasil, o fazer da polícia se orienta muito mais pela subcultura de rua — conjunto de valores, conceitos e práticas passados dos policiais mais experientes aos iniciantes — do que por quaisquer protocolos. Segundo essa subcultura, o criminoso tem idade, cor, gírias, vestimenta, comportamentos e endereço pré-definidos. A alcunha de suspeito recai preferencialmente sobre corpos jovens, pobres, negros e periféricos, fazendo com que pessoas desse perfil sejam abordadas com uma frequência bem maior do que as de outros perfis. Em consequência, acabam sendo mais presas em flagrante.

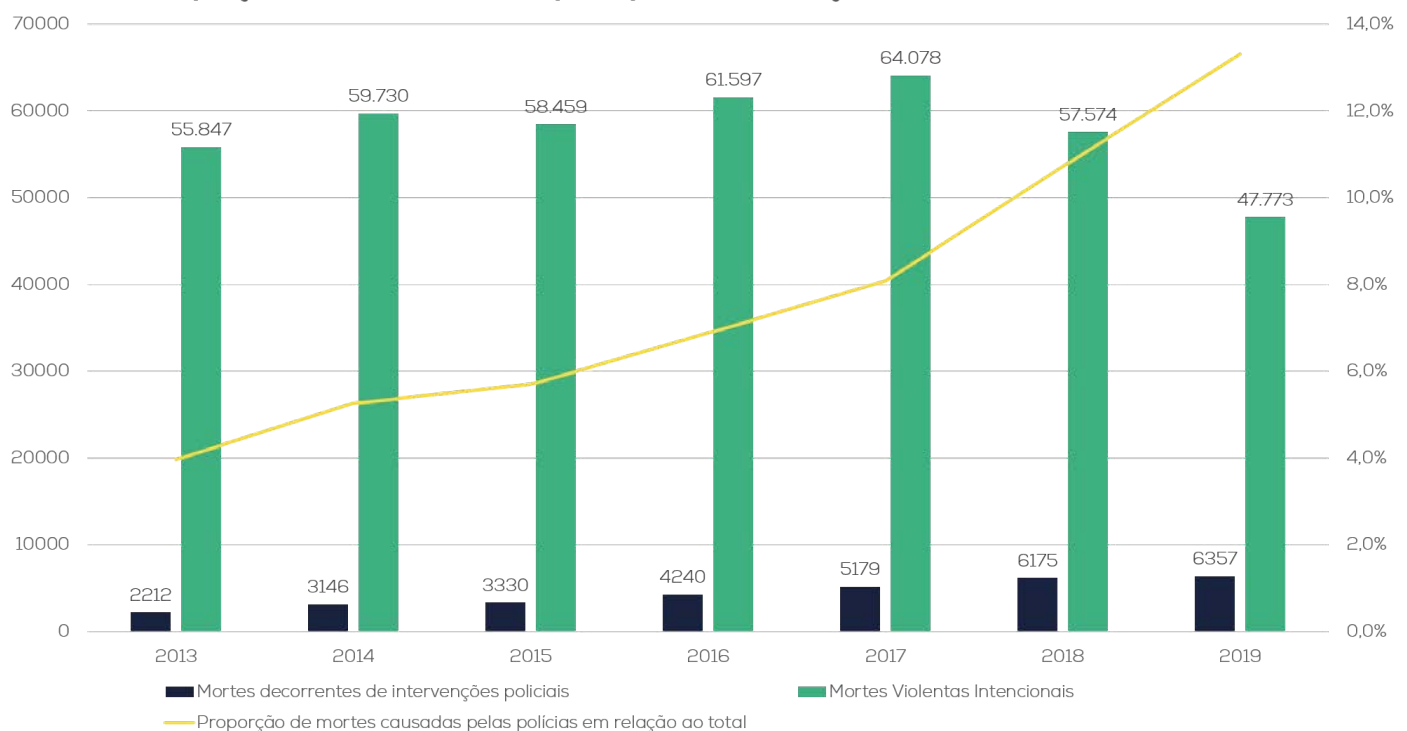
A despeito da grande carga de direitos humanos ministrada nas aulas das academias de polícia, a discussão de raça e racismo é quase inexistente. Ou seja: o modelo brasileiro de policiamento é guiado por uma profecia que sempre se cumpre, a do negro criminoso.

Levantamento produzido pelo GEVAC da UFSCar aponta que, em São Paulo, negros têm entre 2,2 e 2,4 vezes mais chances de serem presos em flagrante do que brancos. Embora os negros correspondam a 37% da população do estado e os brancos a 62%, as abordagens policiais não obedecem a essa proporcionalidade. Por quê? Será que os negros cometem mais crimes que os brancos? Não. A explicação para isso é simples: negros são o alvo preferencial das abordagens policiais. Para as corporações civis e militares do país ainda vale o preconceituoso ditado popular: “Branco correndo é atleta. Negro correndo é ladrão.”

Os indicadores de produtividade policial continuam muito mais voltados para a realização de abordagens e apreensões, o que sugere racismo institucional, pois os alvos dessas ações são jovens majoritariamente negros e pobres. Além disso, a polícia vem demonstrando pouca abertura para discutir tais abordagens e apreensões de maneira científica e com dados concretos.

Além disso, essa lógica de policiamento que privilegia abordagens e “confrontos”, em detrimento das chamadas operações de inteligência leva as polícias brasileiras a matarem cada vez mais, independentemente de aumentos ou reduções no total de mortes violentas intencionais. Não há proporcionalidade no uso da força letal.

Proporção de Mortes causadas pelas polícias em relação ao total - Brasil, 2013 a 2019



Utilizamos a palavra confronto entre aspas porque se trata, em muitos casos, de uma definição empregada por policiais que não corresponde àquilo que realmente aconteceu. Conforme pesquisa de 2017 realizada pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 74% das mortes causadas por agentes paulistas apresentavam indícios de uso excessivo da força. Em 26% dos homicídios praticados por policiais, nem sequer houve conflito armado. Mesmo assim, a narrativa muitas vezes ilegítima dos “confrontos” serve para justificar oficialmente a altíssima letalidade das corporações. São Paulo tem hoje a segunda maior participação da polícia no total de mortes violentas intencionais ocorridas no país. Fica atrás somente do Rio de Janeiro, mostram os dados do *14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.

Apesar de evidências consistentes, que vão se acumulando ao longo dos anos, as polícias preferem fingir neutralidade em relação ao racismo.

Recentemente, circularam nas redes sociais vídeos de oficiais brancos da PM de São Paulo negando que a corporação seja racista. Isso é mais um indício da dificuldade que as polícias brasileiras têm para reconhecer o seu racismo institucional e combatê-lo. Por que pouquíssimos coronéis e delegados de classe especial são negros? E por que há um número maior de negros em posições subalternas? Quem comanda a segurança pública no Brasil são, quase sempre, homens brancos de meia-idade.

O Brasil opta por um modelo de investimento em segurança pública que não valoriza políticas de prevenção à violência e não foca nos grupos mais vulneráveis, sejam os jovens negros das periferias, sejam os próprios policiais negros. O resultado é que, de acordo com o *Atlas da Violência 2020*, as taxas de homicídios de negros aumentaram 11,5% no país durante os últimos dez anos enquanto as de não negros caíram 12,9%. Em 2018, por exemplo, para cada não negro assassinado, 2,7 negros foram mortos. Analogamente, em 2019, a taxa nacional de negros mortos pela polícia (4,2) foi mais que o dobro da taxa de brancos (1,5), como indica o *14º Anuário*. Ainda segundo o anuário, o efetivo das polícias é majoritariamente branco (53%), apesar de a maioria dos policiais assassinados ser negra (65,1%).

Já passou da hora de as corporações romperem com o tabu em torno do próprio racismo e patrocinarem debates internos sobre o assunto a fim de superar o problema. É preciso inserir a questão da raça na formação dos policiais e promover a diversidade no comando das instituições.

Algumas iniciativas nesse sentido estão começando a ser pensadas tanto na PC quanto na PM. O problema é que a postura tende a ser a de defender as instituições, quando a superação do racismo nas polícias brasileiras passa necessariamente pela mudança de mentalidade e pela adoção de práticas cotidianas que limitem o espaço da discricionariedade policial.

* Versão revista de artigo publicado no site da Revista Piauí. O original está disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/negro-correndo-e-ladrao/>

Dennis Pacheco

Cientista em Humanidades de formação pela UFABC e pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Rafael Alcadipani

Professor da FGV-EAESP e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/qch877cg5u>

